

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.256 - PA (2018/0306968-8)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
SUSCITANTE : **JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM - SJ/PA**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DE CONCÓRDIA DO PARÁ - PA**
INTERES. : **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ**
ADVOGADO : **ERIC FELIPE VALENTE PIMENTA - PA021794**
INTERES. : **ANTONIO DO NASCIMENTO GUIMARAES**

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência suscitado pelo Juízo Federal da 2ª Vara Cível de Belém-SJ/PA contra o Juízo de Direito de Concórdia do Pará-PA, nos autos da Ação Civil Pública que busca a condenação de ex-prefeito pela prática de ato de improbidade administrativa consistente no repasse das contribuições devidas à Previdência Social em valor bem abaixo do que devido.

O Juízo Federal, ora suscitante alega, em síntese, que "a presente demanda não merece trânsito perante esta Justiça Federal Comum considerando que a relação jurídico-processual encontra-se firmada entre o Município e a pessoa física de seu ex-gestor, não atraindo a aplicação do artigo 109, inciso I da Constituição Federal". (fl. 5, e-STJ)

O Juízo de Direito, ora suscitado, por sua vez, argumenta "não há dúvidas da incompetência deste Juízo, sendo a competência para o processamento e julgamento do feito é a Justiça Federal, ante o interesse direto de Autarquia Federal". (fl. 42, e-STJ)

É o relatório.

Decido

Nos termos do art. 109, I, da Carta Política, como regra, a competência da Justiça Federal, em matéria cível, é estabelecida em razão da pessoa, abrangendo as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

Nessa linha:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). DIREITOS DE VALOR ARTÍSTICO, ESTÉTICO, HISTÓRICO, TURÍSTICO E PAISAGÍSTICO. AUTARQUIA FEDERAL (IPHAN). ART. 109, I E § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL CUMULADO COM O ART. 2º DA LEI 7.347/85. ANULAÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA POR JUÍZO ESTADUAL.

1. O Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de

que a competência da Justiça Federal, prevista no art. 109, I, da Constituição Federal, é fixada, em regra, em razão da pessoa (competência *ratione personae*), levando-se em conta não a natureza da lide, mas, sim, a identidade das partes na relação processual.

2. Na hipótese, cuida-se de ação civil pública em que figura como um dos autores o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, autarquia federal criada pelas Leis ns. 8.029/90 e 8.113/90, na qual se busca a proteção do imóvel conhecido como "Casa do Barão de Vassouras", localizado no município de Vassouras-RJ, tombado pelo Poder Público federal.

3. Figurando como parte uma autarquia federal, a competência para processar e julgar a ação é da Justiça Federal, consoante disposto no art. 109, I, da Constituição Federal.

4. A interpretação do art. 2º da Lei 7.347/85 - que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico -, deve ser realizada à luz do disposto no art. 109, I, § 3º, da Constituição Federal, consoante precedentes do Supremo Tribunal Federal e desta Corte.

5. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Federal, anulando-se a decisão proferida pelo Juízo estadual.

(CC 105.196/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 22/02/2010)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS AJUIZADA CONTRA UNIVERSIDADE PARTICULAR E PROFESSORA DA INSTITUIÇÃO.

I - A competência cível da Justiça Federal define-se pela natureza das pessoas envolvidas no processo. Preceitua a Constituição da República ser de sua competência o processamento e julgamento do feito em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes (art. 109, I, a).

Conflito de Competência conhecido para se declarar a competência do Juízo Estadual.

(CC 109.387/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/10/2010, DJe 28/10/2010)

No caso, a ação foi ajuizada pelo Município de Concórdia do Pará, buscando a condenação de ex-prefeito pela prática de ato de improbidade administrativa consistente no repasse das contribuições devidas à Previdência Social em valor bem abaixo do que devido.

Há de se reconhecer, portanto, a incompetência do juízo federal para o processamento e julgamento da presente demanda, declarando-se competente o juízo estadual suscitado.

Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito de Concórdia do Pará-PA, ora suscitado.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de maio de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator

